



Ministério Público do Estado do Amazonas  
Procuradoria-Geral de Justiça

**PROCESSO N.º SEI 2018.014896**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 002/2019 – MP/PGJ**

**CONTRATO DE USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA QUE ENTRE SI CELEBRAM A AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A E O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS.**

**CUSD - N.º 002/2019**

Pelo Contrato de Uso do Sistema de Distribuição, doravante simplesmente denominado **CONTRATO**, de um lado, **AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A**, ora denominada **DISTRIBUIDORA**, com sede na Avenida Sete de Setembro, 2414, Cachoeirinha, 69005-141, na cidade de Manaus/AM, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 02.341.467/0001-20, por seus representantes legais devidamente constituídos, e, de outro, **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, por intermédio de sua **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, órgão de sua Administração Superior, inscrito (a) no CNPJ/MF, sob o nº 04.153.748/0001-85, com sede na Avenida Coronel Teixeira, 7.995, Nova Esperança, 69.037-473, Manaus/AM, por seus representantes legais devidamente constituídos, doravante simplesmente denominado **CONSUMIDOR**, em conjunto, **DISTRIBUIDORA** e **CONSUMIDOR**, doravante denominadas **PARTES**, **CONSIDERANDO QUE**:

- i. a **DISTRIBUIDORA** é prestadora de serviço público de distribuição de energia elétrica, usuária da **REDE BÁSICA**, que opera e mantém o **SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO**;
- ii. o **CONSUMIDOR** é responsável por instalações que são conectadas ao **SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO**;
- iii. o uso dos sistemas elétricos baseia-se nas Leis nº 9.074/95, nº 9.648/98, nº 10.438/02 e nº 10.848/04, nos Decretos nº 2.003/96, nº 4.562/02 e nº 5.163/04, nas Resoluções ANEEL nº 414/2010, 506/2010 e **PROCEDIMENTOS DE DISTRIBUIÇÃO - PRODIST** e demais normas pertinentes, em virtude das quais o acesso ao **SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO** deve ser garantido ao **CONSUMIDOR** e contratado separadamente da compra e venda de energia elétrica;
- iv. O **CONSUMIDOR** se caracteriza como **CONSUMIDOR CATIVO, LIVRE, ESPECIAL, POTENCIALMENTE LIVRE** ou **PARCIALMENTE LIVRE**, de acordo com a descrição constante do quadro I e com base na legislação;

*Handwritten signature and stamp in blue ink.*



Ministério Público do Estado do Amazonas  
Procuradoria-Geral de Justiça

PROCESSO N.º SEI 2018.014896

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 002/2019 – MP/PGJ

As PARTES têm, entre si, justa e contratada a celebração do presente CONTRATO DE USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO (“CONTRATO”), nos seguintes termos e condições:

**Quadro I**

UNIDADE CONSUMIDORA			
UC N.º: 869937			
Endereço do ponto de entrega: Av. Coronel Teixeira, 7995, Nova Esperança, 69.037-473			
Cidade/UF: Manaus/AMAZONAS			
DADOS CONTRATUAIS			
Caracterização do Consumidor: CATIVO			
Tensão Contratada: 13,8			
Capacidade de conexão: 1,05 x demanda contratada			
Período de Vigência: 11/02/2019 a 11/02/2020			
MODALIDADE TARIFÁRIA: VERDE			
DEMANDA CONTRATADA			
INICIO	AZUL		VERDE
	DEMANDA PONTA (KW)	DEMANDA FORA-PONTA (KW)	DEMANDA (KW)
06/02/2019			500

UNIDADE CONSUMIDORA			
UC N.º: 876061-6			
Endereço do ponto de entrega: Rua da Prosperidade, 211, Nova Esperança, 69.037-580			
Cidade/UF: Manaus/AMAZONAS			
DADOS CONTRATUAIS			
Caracterização do Consumidor: CATIVO			
Tensão Contratada: 13,8			
Capacidade de conexão: 1,05 x demanda contratada			
Período de Vigência: 06/02/2019 a 06/02/2020			
MODALIDADE TARIFÁRIA: VERDE			
DEMANDA CONTRATADA			
INICIO	AZUL		VERDE
	DEMANDA PONTA (KW)	DEMANDA FORA-PONTA (KW)	DEMANDA (KW)
06/02/2019			210

*Handwritten signature and initials in blue ink.*



Ministério Público do Estado do Amazonas  
Procuradoria-Geral de Justiça

**PROCESSO N.º SEI 2018.014896**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 002/2019 – MP/PGJ**

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DEFINIÇÕES E PREMISSAS:**

Neste CONTRATO, as palavras e expressões grafadas em maiúsculas têm o significado a elas atribuído nesta Cláusula, nos considerando ou nas cláusulas específicas:

**ABNT:** Associação Brasileira de Normas Técnicas;

**ACORDO OPERATIVO:** documento celebrado entre as PARTES que descreve as atribuições e o relacionamento operacional entre as mesmas para fins da conexão, observada a legislação vigente e os PROCEDIMENTOS DE DISTRIBUIÇÃO;

**ANEEL:** Agência Nacional de Energia Elétrica, instituída pela Lei nº 9.427/96;

**APROVAÇÕES:** todas as licenças, concessões, permissões, autorizações, e/ou outros atos ou documentos necessários ao exercício de determinada atividade;

**AUTORIDADE COMPETENTE:** significa (a) qualquer autoridade federal, estadual ou municipal brasileira, (b) qualquer juízo ou tribunal no Brasil ou (c) quaisquer repartições, entidades, agências ou órgão governamentais brasileiros, incluindo, mas não se limitando à ANEEL, que exerçam ou detenham o poder de exercer autoridade administrativa, regulatória, executiva, judicial ou legislativa sobre qualquer uma das PARTES ou matérias deste CONTRATO, inclusive, mas não se limitando a matérias relacionadas à energia, imóveis, zoneamento, tributos, meio ambiente, economia e relações trabalhistas;

**CAPACIDADE DE CONEXÃO:** significa o máximo carregamento definido para regime normal de operação e de emergência, a que os equipamentos das subestações, linhas de transmissão e linhas de distribuição podem ser submetidos sem sofrer danos ou perda adicional de vida útil;

**CCEE:** Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, sob regulação e fiscalização da ANEEL, que tem por finalidade viabilizar a comercialização de energia elétrica no SIN nos Ambientes de Contratação Regulada e Contratação Livre, além de efetuar a contabilização e a liquidação financeira das operações realizadas no mercado de curto prazo;

**CONSUMIDOR CATIVO:** Consumidor ao qual só é permitido comprar energia da DISTRIBUIDORA detentora da concessão ou permissão na área onde se localizam as instalações do CONSUMIDOR e, por isso, não participa do mercado livre e é atendido sob condições reguladas;

**CONSUMIDOR ESPECIAL:** agente da CCEE, da categoria de comercialização, que adquire energia elétrica proveniente de empreendimentos de geração

*monitoreada*



Ministério Público do Estado do Amazonas  
Procuradoria-Geral de Justiça

**PROCESSO N.º SEI 2018.014896**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 002/2019 – MP/PGJ**

enquadrados no § 5º do artigo 26 da lei nº 9427 de 26/12/1996, para unidade consumidora ou unidades consumidoras reunidas por comunhão de interesses de fato ou de direito cuja carga seja maior ou igual a 500 kW e que não satisfaçam, individualmente, os requisitos dispostos nos artigos 15 e 16 da 9.074 de 07/07/1995.

**CONSUMIDOR LIVRE:** agente da CCEE, da categoria de comercialização, que adquire energia elétrica no ambiente de contratação livre para unidades consumidoras que satisfaçam, individualmente, os requisitos dispostos nos artigos 15 e 16 da 9.074 de 07/07/1995.

**CONSUMIDOR POTENCIALMENTE LIVRE:** aquele cujas unidades consumidoras satisfazem, individualmente, os requisitos dispostos nos arts. 15 e 16 da Lei no 9.074, de 1995, porém não adquirem energia elétrica no ambiente de contratação livre.

**CONSUMIDOR PARCIALMENTE LIVRE:** Consumidor Livre ou Especial cujo atendimento se dê parcialmente sob condições reguladas;

**CUSD:** Contrato firmado pelo CONSUMIDOR com a DISTRIBUIDORA o qual estabelece os termos e condições para o uso do SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO e para a conexão das instalações do CONSUMIDOR a instalações de distribuição;

**ENCARGO DE USO:** valores pagos à DISTRIBUIDORA pelo uso do SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO;

**ENCARGOS DE CONEXÃO:** montantes financeiros relativos às instalações de conexão devidos pelo CONSUMIDOR à DISTRIBUIDORA;

**EXIGÊNCIAS LEGAIS:** qualquer lei, regulamento, ato normativo ou qualquer ordem, diretriz, decisão ou orientação de AUTORIDADE COMPETENTE;

**FATOR DE POTÊNCIA:** razão entre a energia elétrica ativa e a raiz quadrada da soma dos quadrados das energias elétricas ativa e reativa, consumidas no mesmo período especificado;

**HORÁRIO DE PONTA:** período composto por 3 (três) horas diárias consecutivas definidas pela DISTRIBUIDORA considerando a curva de carga de seu sistema elétrico, aprovado pela ANEEL, para toda a área de concessão, diariamente, entre 20:00 e 22:59 horas, com exceção feita aos sábados, domingos, terça-feira de carnaval, sexta-feira da Paixão, Corpus Christi, e os seguintes feriados: 01 de janeiro - Confraternização Universal (Lei nº 10.607, de 19/12/2002); 21 de abril – Tiradentes (Lei nº 10.607, de 19/12/2002); 01 de maio - Dia do Trabalho (Lei nº 10.607, de 19/12/2002); 07 de setembro – Independência (Lei nº 10.607, de



Ministério Público do Estado do Amazonas  
Procuradoria-Geral de Justiça

**PROCESSO N.º SEI 2018.014896**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 002/2019 – MP/PGJ**

19/12/2002); 12 de outubro - Nossa Senhora Aparecida (Lei nº 6.802, de 30/06/1980); 02 de novembro – Finados (Lei nº 10.607, de 19/12/2002); 15 de novembro - Proclamação da República (Lei nº 10.607, de 19/12/2002); 25 de dezembro – Natal (Lei nº 10.607, de 19/12/2002);

**HORÁRIO DE FORA DE PONTA:** é o período composto pelo conjunto das horas diárias consecutivas e complementares àquelas definidas no HORÁRIO DE PONTA;

**INSTALAÇÕES DE CONEXÃO:** instalações e equipamentos com a finalidade de interligar as instalações próprias do CONSUMIDOR ao SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO, compreendendo o PONTO DE CONEXÃO e eventuais instalações de interesse restrito;

**DEMANDA:** Médias das potências elétricas ativas ou reativas, solicitadas ao sistema elétrico pela parcela da carga instalada em operação na unidade consumidora, durante um intervalo de tempo especificado.

**DEMANDA MEDIDA:** Maior demanda de potência ativa, verificada por medição, integralizada no intervalo de 15 (quinze) minutos durante o período de faturamento, expressa em quilowatts (kW).

**DEMANDA CONTRATADA:** Demanda de potência ativa a ser obrigatória e continuamente disponibilizada pela concessionária “no ponto de entrega”, a partir da “data de início de fornecimento de energia”, conforme valor e período de vigência fixados no Contrato de Fornecimento, e que deverá ser integralmente paga, seja ou não utilizada, durante o período de faturamento, expressa em quilowatts (kW).

**ONS:** Operador Nacional do Sistema Elétrico, instituído pela Lei nº 9.648/98;

**PONTO DE CONEXÃO:** conjunto de equipamentos que se destina a estabelecer a conexão na fronteira entre as instalações da DISTRIBUIDORA e do CONSUMIDOR;

**PdC:** Procedimentos de Comercialização – conjunto de normas aprovadas pela ANEEL que definem condições, requisitos, eventos e prazos relativos à comercialização de energia elétrica no âmbito da CCEE;

**PRODIST:** Procedimentos de Distribuição: conjunto de normas, critérios e requisitos técnicos para o planejamento, acesso, procedimentos operacionais, de medição e de qualidade da energia aplicáveis ao SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO e aprovados pela ANEEL;



Ministério Público do Estado do Amazonas  
Procuradoria-Geral de Justiça

**PROCESSO N.º SEI 2018.014896**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 002/2019 – MP/PGJ**

**PROCEDIMENTOS DE REDE:** conjunto de normas, critérios e requisitos técnicos para o planejamento, acesso, procedimentos operacionais de medição e de qualidade da energia aplicáveis à REDE BÁSICA e aprovados pela ANEEL;

**REDE BÁSICA:** instalações pertencentes ao SISTEMA INTERLIGADO NACIONAL identificadas segundo regras e condições estabelecidas pela ANEEL;

**REGRAS DE COMERCIALIZAÇÃO:** Critérios aplicáveis à comercialização, contabilização e liquidação da energia elétrica comercializada no âmbito da CCEE, homologadas pela ANEEL.

**SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO:** instalações destinadas à distribuição de energia elétrica componentes dos ativos da área de concessão ou permissão da DISTRIBUIDORA;

**SISTEMA INTERLIGADO NACIONAL - SIN:** composto pelos sistemas de transmissão e de distribuição de propriedade das diversas empresas das Regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Norte e Nordeste, com uso compartilhado por essas empresas, por onde transitam energias de diversas fontes e destinos, sistema esse sujeito à legislação pertinente, à regulamentação expedida pela ANEEL e, no que couber, à operação e coordenação do ONS;

**SMF:** Sistema de Medição para Faturamento – conjunto de instrumentos, equipamentos e softwares especificados conforme disposto no módulo 12 dos Procedimentos de Rede do ONS, destinados ao registro, armazenamento em banco de dados e faturamento de grandezas que caracterizam o fornecimento de energia elétrica às instalações do CONSUMIDOR, nos casos de Consumidor Livre, Especial, ou Parcialmente Livre.

**UNIDADE CONSUMIDORA:** conjunto de instalações e equipamentos elétricos de propriedade do CONSUMIDOR, caracterizado pelo recebimento de energia elétrica no PONTO DE CONEXÃO com medição individualizada.

## **CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DECLARAÇÕES:**

As PARTES expressamente declaram e garantem que:

- I. Obedecerão aos procedimentos de rede do ONS, os PdCs e REGRAS DE COMERCIALIZAÇÃO da CCEE, o PRODIST e, quando aplicável, o Acordo Operativo, vigentes ou que venham a ser estabelecidos;

*W*  
*no 10/2019*  
*S.*



Ministério Público do Estado do Amazonas  
Procuradoria-Geral de Justiça

**PROCESSO N.º SEI 2018.014896**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 002/2019 – MP/PGJ**

- II. Obedecerão à legislação específica quanto às normas e padrões da ABNT, às normas e padrões técnicos de caráter geral da DISTRIBUIDORA, que estabelecem as regras técnicas aplicáveis ao sistema de distribuição;
- III. Detêm todas as autorizações legais, governamentais, regulatórias e societárias necessárias à celebração e ao cumprimento de suas obrigações, nos termos deste CONTRATO;
- IV. A celebração deste CONTRATO não viola quaisquer contratos, obrigações, decisões administrativas e judiciais de que as PARTES sejam parte ou sejam a eles oponíveis;
- V. As obrigações assumidas neste CONTRATO são legais, válidas e exequíveis, de acordo com os respectivos termos e condições;
- VI. Todas as informações fornecidas pelas PARTES são completas e exatas, sejam elas contidas em informações escritas, relatórios, correspondências e quaisquer outros instrumentos, escritos ou eletrônicos.

**CLÁUSULA TERCEIRA - OBJETO:**

O presente CONTRATO tem por objeto regular as condições, procedimentos, direitos e obrigações das PARTES em relação ao uso do SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO, observada a demanda CONTRATADA e o pagamento dos ENCARGOS DE USO, bem como à conexão das instalações do CONSUMIDOR ao SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO por meio do PONTO DE CONEXÃO.

**Parágrafo primeiro.** O uso do SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO de que trata o presente CONTRATO está subordinado à legislação do serviço de energia elétrica, aos PROCEDIMENTOS DE REDE, quando aplicáveis, e aos PRODIST, os quais prevalecem nos casos omissos ou eventuais divergências.

**Parágrafo segundo.** A conexão ao SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO de que trata o presente CONTRATO está subordinada à legislação do serviço de energia elétrica, aos PROCEDIMENTOS DE REDE, quando aplicáveis, e ao PRODIST, os quais prevalecem nos casos omissos ou eventuais divergências.

**Parágrafo terceiro.** Constituem anexos deste CONTRATO:

- a) Anexo I: Relação dos PONTOS DE CONEXÃO e das INSTALAÇÕES DE CONEXÃO

*Handwritten signature and initials in blue ink.*



Ministério Público do Estado do Amazonas  
Procuradoria-Geral de Justiça

PROCESSO N.º SEI 2018.014896

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 002/2019 – MP/PGJ

**CLÁUSULA QUARTA - PRAZO DE VIGÊNCIA:**

O presente CONTRATO vigorará a partir da data de início que consta na Quadro I, prorrogando-se automaticamente por mais 12 (doze) meses e assim sucessivamente, a menos que, o CONSUMIDOR se manifeste formalmente em contrário, com 180 (cento e oitenta) dias de antecedência, em relação ao término de cada vigência.

**Parágrafo único.** Para consumidores submetidos à Lei Federal 8.666/1993, este CONTRATO vigorará conforme o *caput*, até o limite de 60 (sessenta) meses.

**CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES:**

A eficácia e execução das obrigações e compromissos disciplinados neste CONTRATO ficam condicionadas:

- a) À regularização do CONSUMIDOR como agente na CCEE, no caso de consumidor livre, especial ou parcialmente livre.
- b) À assinatura pelo Consumidor, do Contrato de Compra de Energia Regulada-CCER com a distribuidora, no caso de consumidor cativo, potencialmente livre ou parcialmente livre;

**CLÁUSULA SEXTA - USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO:**

A energia elétrica deve ser disponibilizada no PONTO DE CONEXÃO em corrente alternada trifásica, frequência de 60 Hz e tensão contratada conforme **Quadro I**.

**Parágrafo primeiro.** Eventual mudança da tensão contratada dependerá de aprovação da DISTRIBUIDORA, após análise da nova declaração de carga instalada e dos respectivos projetos aprovados que justifiquem a solicitação do CONSUMIDOR conforme previsto em na legislação do setor elétrico.

**Parágrafo segundo.** A capacidade do ponto de conexão é equivalente à máxima demanda contratada, por seguimento horário, acrescido de 5% para ultrapassagem.

*W*  
*malhada*  
*8*





Ministério Público do Estado do Amazonas  
Procuradoria-Geral de Justiça

PROCESSO N.º SEI 2018.014896

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 002/2019 – MP/PGJ

**CLÁUSULA SÉTIMA - DO RECONHECIMENTO:**

O CONSUMIDOR reconhece que o serviço de distribuição de energia elétrica tem caráter interruptível, cabendo à DISTRIBUIDORA assegurar o menor número possível de interrupções, variações ou perturbações, observando, para tanto, os índices de padrões de qualidade e da continuidade estabelecidos no PRODIST.

**CLÁUSULA OITAVA - DA MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DAS DISTRIBUIDORA:**

É responsabilidade da DISTRIBUIDORA a manutenção e operação do sistema elétrico de distribuição até o ponto de conexão, em conformidade com os padrões técnicos e indicadores de qualidade e continuidade de fornecimento, estabelecidos pela ANEEL.

**CLÁUSULA NONA - DA ADEQUAÇÃO DO CONSUMIDOR:**

É responsabilidade do CONSUMIDOR, após o ponto de conexão, manter a adequação técnica, de segurança e condições operativas e de proteção de suas instalações internas, em conformidade com os padrões de continuidade e qualidade estabelecidos pela ANEEL para a DISTRIBUIDORA, mitigando os efeitos que contingências imprevisíveis, características do fornecimento de energia elétrica, possam causar aos equipamentos elétricos e ao processo produtivo.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESPONSABILIDADE DOS EQUIPAMENTOS:**

O CONSUMIDOR é responsável pela custódia dos equipamentos de medição, na qualidade de depositário a título gratuito, quando instalados no interior de sua propriedade.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA INFRAÇÃO:**

A infração dos indicadores de continuidade e qualidade será objeto de compensação ao CONSUMIDOR, na forma e prazo estabelecidos no PRODIST.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PERDAS E DANOS:**

Nenhuma responsabilidade caberá às PARTES por perdas e danos eventualmente sofridos oriundos de suspensão, interrupção total ou parcial do uso

*Handwritten signature and initials in blue ink.*



Ministério Público do Estado do Amazonas  
Procuradoria-Geral de Justiça

**PROCESSO N.º SEI 2018.014896**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 002/2019 – MP/PGJ**

do sistema de distribuição de energia elétrica ou de alterações nas características da corrente fornecida, causadas por motivos de caso fortuito ou de força maior, entre os quais se incluem greves, secas, guerras, revoluções, inundações, incêndio, explosões, fenômenos meteorológicos imprevisíveis ou irresistíveis, ou ainda, interrupções por determinação do Poder Público, por impedimentos legais, ou outras razões alheias à vontade das PARTES.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS PULSOS DE ENERGIA:**

A DISTRIBUIDORA poderá fornecer, após análise de solicitação escrita do CONSUMIDOR, pulsos de energia e sincronismo gerados no equipamento de medição para comando sincronizado das cargas instaladas, respeitadas as seguintes condições:

- a) Todos os custos de adaptação para o fornecimento dos pulsos serão de responsabilidade CONSUMIDOR;
- b) A DISTRIBUIDORA não se responsabilizará por quaisquer consequências ou danos ocorridos nas instalações do CONSUMIDOR, decorrentes de eventuais falhas no fornecimento dos pulsos, nem poderão tais falhas servir como justificativas de isenção de ultrapassagem da demanda contratada ou para reivindicações de qualquer espécie, decorrentes de divergências entre os valores medidos pela DISTRIBUIDORA e os valores eventualmente apurados por equipamento do CONSUMIDOR;
- c) A DISTRIBUIDORA poderá, a seu critério e a qualquer tempo, mediante prévia notificação ao CONSUMIDOR, suspender o fornecimento dos pulsos, caso entenda haver riscos à integridade dos registros de medição ou dos próprios equipamentos;
- d) A DISTRIBUIDORA, a seu critério, sempre que razões técnicas ou regulamentares pelo Poder Concedente o recomendarem, poderá alterar as características dos pulsos, assim como substituir parte ou todo sistema de medição, mediante prévia notificação ao CONSUMIDOR.

**Parágrafo único.** O fornecimento de pulsos de potência e sincronismo está condicionado à disponibilidade no medidor, e o seu custo corresponde ao da visita técnica.



Ministério Público do Estado do Amazonas  
Procuradoria-Geral de Justiça

PROCESSO N.º SEI 2018.014896

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 002/2019 – MP/PGJ

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS:**

A instalação de novos equipamentos geradores de energia elétrica na unidade consumidora e a conexão desses equipamentos em paralelo com o sistema elétrico dependerão de prévia aprovação e autorização da DISTRIBUIDORA.

**Parágrafo primeiro.** A inobservância dos termos desta CLÁUSULA implicará na suspensão do uso do sistema de distribuição ao CONSUMIDOR que será responsabilizado por quaisquer danos porventura causados à DISTRIBUIDORA e a terceiros, nos termos da legislação vigente.

**Parágrafo segundo.** O eventual uso do sistema de energia elétrica para suprir a perda parcial ou total de geração própria deverá ser contratado pelo CONSUMIDOR, conforme legislação específica.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - SISTEMA DE MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO:**

Os padrões técnicos e os procedimentos para projeto, especificações, aferição, instalação, adequação, leitura, inspeção, operação e manutenção do sistema de medição devem atender os PROCEDIMENTOS DE DISTRIBUIÇÃO e, quando aplicáveis, aos PROCEDIMENTOS DE REDE.

**Parágrafo único.** A DISTRIBUIDORA é responsável pela instalação do Sistema de Medição de Faturamento – SMF, onde se localiza o ponto de conexão do CONSUMIDOR, sendo ainda responsável:

- I. Financeiramente, pela implantação do medidor principal e dos transformadores de instrumentos;
- II. Tecnicamente, por todo o SMF, inclusive perante a CCEE, no caso de CONSUMIDOR atendido no Ambiente de Contratação Livre – ACL;
- III. Após a implantação, pela operação e manutenção de todo o SMF, incluindo os custos de eventual substituição ou adequação;
- IV. Pela leitura dos montantes de energia e potência registrados no SMF.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE DO CONSUMIDOR:**

O CONSUMIDOR perante o SMF é responsável:

- I. Por ressarcir a DISTRIBUIDORA pelo custo de aquisição e implantação do medidor de retaguarda e do sistema de comunicação de dados, no

*instalação*  
*no*  
*SS*



**PROCESSO N.º SEI 2018.014896**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 002/2019 – MP/PGJ**

caso de CONSUMIDOR atendido no Ambiente de Contratação Livre – ACL;

- II. Na implantação do sistema, pelas obras civis e adequações das instalações associadas ao SMF;
- III. Pelos custos incorridos com a operação e manutenção do sistema de comunicação de dados, demonstrados na Cláusula 24ª deste contrato e informado mensalmente na Fatura de uso do sistema de distribuição sob a rubrica “Encargo de Conexão”, no caso de CONSUMIDOR atendido no Ambiente de Contratação Livre – ACL.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA COMUNICAÇÃO:**

O CONSUMIDOR comunicará à DISTRIBUIDORA qualquer ocorrência de avaria ou defeito nos equipamentos do SMF.

**Parágrafo único.** O CONSUMIDOR responderá pelos danos oriundos de avarias ou violação de lacres que os equipamentos de medição sofrerem, na forma da legislação, salvo os decorrentes de uso e ação do tempo, de comprovada impossibilidade de impedir a ação de terceiros ou nos casos previstos nos Procedimentos de Rede.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA VIOLAÇÃO DOS LACRES:**

Presumir-se-á a responsabilidade do CONSUMIDOR se da violação dos lacres ou de danos nos mencionados equipamentos decorrerem registros irrealis de energia ou de potência que venham a beneficiar o CONSUMIDOR ou a terceiros.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS INSPEÇÕES:**

As manutenções e inspeções no SMF serão efetuadas pela DISTRIBUIDORA em conformidade com a legislação aplicável, devendo o CONSUMIDOR assegurar o livre acesso dos seus representantes aos locais onde estejam instalados os referidos equipamentos.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO ACL:**

No caso de CONSUMIDOR atendido no Ambiente de Contratação Livre – ACL as condições e prazos para a adequação do SMF serão estabelecidos pela DISTRIBUIDORA, em conformidade com a legislação.

*nonobstante*

*WJ*

*SS*



Ministério Público do Estado do Amazonas  
Procuradoria-Geral de Justiça

PROCESSO N.º SEI 2018.014896

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 002/2019 – MP/PGJ

**Parágrafo primeiro.** Em caso de inobservância pelo CONSUMIDOR da consulta prévia prevista no Caput, a DISTRIBUIDORA ficará desobrigada a garantir a qualidade do serviço, podendo inclusive, suspender o fornecimento, se o aumento de carga provocar distúrbios ou danos ao sistema de distribuição ou, ainda, às instalações e equipamentos de outros consumidores.

**Parágrafo segundo.** Atendidas as condições do Caput, o aumento da demanda contratada será efetivado a partir da data de leitura do primeiro ciclo completo de fornecimento subsequente e desde que esteja devidamente celebrado novo instrumento contratual competente e, quando necessário, mediante prévia aprovação por esta DISTRIBUIDORA dos projetos pertinentes para atender ao fornecimento.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA – DO PERÍODO DE TESTE DE DEMANDA:**

Para permitir a adequação da demanda contratada, a DISTRIBUIDORA concederá automaticamente o período de testes, com duração de 3 (três) ciclos consecutivos e completos de faturamento, nas situações de:

- I. Início da vigência da demanda contratada, no caso de novas unidades consumidoras;
- II. Acréscimo superior a 5% (cinco por cento) da demanda contratada;
- III. No enquadramento compulsório na modalidade tarifária azul, restringindo-se o período de testes, ao posto tarifário ponta.

**Parágrafo primeiro.** Na situação do item I o período de testes permite também ao CONSUMIDOR a escolha de modalidade tarifária.

**Parágrafo segundo.** Durante o período de testes o CONSUMIDOR pode solicitar novos acréscimos de demanda.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA – DO RESULTADO DOS TESTES DE DEMANDA:**

Ao final do período de testes a nova demanda contratada poderá ter redução de até 50% (cinquenta por cento) da demanda adicional ou inicial contratada, devendo, nos casos de acréscimo de demanda, resultar em um montante superior a 105% (cento e cinco por cento) da demanda contratada anteriormente.

40  
colaboração  
88



Ministério Público do Estado do Amazonas  
Procuradoria-Geral de Justiça

PROCESSO N.º SEI 2018.014896

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 002/2019 – MP/PGJ

**Parágrafo único.** A tolerância estabelecida sobre o demanda adicional ou inicial de que trata a cláusula 31ª se refere exclusivamente à cobrança de ultrapassagem, não estando associado à disponibilidade de acréscimo de demanda.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - FATURAMENTO E ENCARGO DE USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO:**

O CONSUMIDOR declara ter sido devidamente informado pela DISTRIBUIDORA das opções tarifárias disponíveis e aplicáveis como estabelece a legislação do setor elétrico, consolidando sua livre escolha através da celebração deste CONTRATO.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - DO FATURAMENTO MENSAL:**

O faturamento mensal do encargo de uso do sistema de distribuição será realizado conforme modalidade tarifária escolhida pelo CONSUMIDOR e estabelecida na primeira página deste instrumento, conforme expressões abaixo:

- I. MODALIDADE TARIFÁRIA HORÁRIA VERDE: caracterizada por uma única TUSD para a demanda, e TUSD diferenciadas de consumo de energia de acordo com as horas de utilização do dia.

$$EUSD = (DEM \times TUSD_{fio}) + (C_p \times TUSD_{enc-p}) + (C_f \times TUSD_{enc-f})$$

- II. MODALIDADE TARIFÁRIA HORÁRIA AZUL: caracterizada por TUSD diferenciadas de consumo de energia e demanda de acordo com as horas de utilização do dia.

$$EUSD = (DEM_p \times TUSD_{fio-p}) + (DEM_f \times TUSD_{fio-f}) + (C_p \times TUSD_{enc-p}) + (C_f \times TUSD_{enc-f})$$

Onde:

EUSD = Encargo de uso do sistema de distribuição.

DEM = Demanda de potência ativa faturável.

DEM<sub>p</sub> = Demanda de potência ativa faturável no posto tarifário ponta.

DEM<sub>f</sub> = Demanda de potência ativa faturável no posto tarifário fora de ponta.

TUSD<sub>fio</sub> = Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – valor monetário unitário determinado pela ANEEL (em R\$/kW).

TUSD<sub>fio-p</sub> = Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – valor monetário unitário determinado pela ANEEL (em R\$/kW), no posto tarifário ponta.

TUSD<sub>fio-f</sub> = Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – valor monetário unitário determinado pela ANEEL (em R\$/kW), no posto tarifário fora de ponta.

*Handwritten signature and initials in blue ink.*



Ministério Público do Estado do Amazonas  
Procuradoria-Geral de Justiça

PROCESSO N.º SEI 2018.014896

**CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 002/2019 – MP/PGJ**

$TUSD_{enc-p}$  = Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – valor monetário unitário determinado pela ANEEL (em R\$/MWh), no posto tarifário ponta.

$TUSD_{enc-f}$  = Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – valor monetário unitário determinado pela ANEEL (em R\$/MWh), no posto tarifário fora de ponta.

$C_p$  = Consumo de energia elétrica ativa no posto tarifário ponta

$C_f$  = Consumo de energia elétrica ativa no posto tarifário fora de ponta.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - DA LEITURA:**

A DISTRIBUIDORA efetuará a leitura mensal dos valores de potência e energia ativa e reativa, registrados no SMF, utilizados pelo CONSUMIDOR, para fins de faturamento do encargo de uso do sistema de distribuição, de forma a atender as exigências legais.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - DO FATURAMENTO DA DEMANDA:**

O faturamento da demanda do CONSUMIDOR segue os seguintes critérios:

- a) a demanda faturável (em kW), por segmento horário quando for o caso, será o maior valor entre a demanda contratada e a demanda medida no ciclo de faturamento, exceto para a unidade consumidora classificada como rural ou com benefício de sazonalidade;
- b) para unidade consumidora classificada como rural ou com benefício da sazonalidade, a demanda faturável (em kW), por segmento horário quando for o caso, será o medido no ciclo de faturamento, ou 10% (dez por cento) da maior demanda medida em qualquer dos 11 (onze) ciclos completos de faturamento anteriores.

**Parágrafo único.** Respeitando o disposto na **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA**, a demanda contratada será faturada no período em que a unidade consumidora permanecer desligada por solicitação do CONSUMIDOR, se não houver rescisão deste CONTRATO.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - DA TARIFA DE ULTRAPASSAGEM:**

Quando a demanda medida, por segmento horário quando for o caso, exceder em mais de 5% (cinco por cento) o valor contratado, será aplicada a tarifa de ultrapassagem, conforme legislação em vigor.

40 (circulado)  
8



Ministério Público do Estado do Amazonas  
Procuradoria-Geral de Justiça

PROCESSO N.º SEI 2018.014896

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 002/2019 – MP/PGJ

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - DA DEMANDA COMPLEMENTAR:**

As unidades consumidoras da classe rural e as reconhecidas como sazonal estarão sujeitas à cobrança de demanda complementar, nos termos do Art. nº 105 da Resolução Normativa nº 414, de 9 de setembro de 2010.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - DA DEMANDA FATURÁVEL:**

Durante o período de testes de que trata a **CLÁUSULA 30ª**, observado o disposto no §1º desta CLÁUSULA, a demanda faturável deve ser a demanda medida, exceto na situação prevista no **Inciso II da CLÁUSULA 30ª**, em que será considerado o maior valor entre o demanda medido e a demanda contratada, anteriormente à solicitação de acréscimo.

**Parágrafo primeiro.** Ao menos em um dos pontos tarifários, o valor da demanda mínimo a ser faturada será:

- I. 3 MW para consumidores livres;
- II. 500 kW para consumidores especiais;
- III. 30 kW para consumidores para os demais consumidores do Grupo A, inclusive cada unidade consumidora que integre comunhão de interesses de fato ou de direito de consumidores especiais.

**Parágrafo segundo.** Durante o período de testes, aplica-se a cobrança por ultrapassagem de demanda, conforme legislação, quando os valores medidos excederem o somatório de:

- IV. a nova demanda contratada ou inicial;
- V. 5% (cinco por cento) da demanda anterior ou inicial; e
- VI. 30% (trinta por cento) da demanda adicional ou inicial.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA – DO EXCEDENTE:**

O consumo de energia reativa excedente e a demanda de potência reativa excedente serão faturados, conforme legislação, com base na avaliação do fator de potência, apurado pelos seguintes critérios:

- a) Pela média mensal para as unidades consumidoras sem medição apropriada;  
ou
- b) Pela média horária para as unidades consumidoras com medição apropriada, considerando os seguintes períodos:

*Handwritten signature and stamp:*  
w  
notulando  
S





Ministério Público do Estado do Amazonas  
Procuradoria-Geral de Justiça

**PROCESSO N.º SEI 2018.014896**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 002/2019 – MP/PGJ**

- I. No período de 00h00 às 6h00, apenas os fatores de potência capacitivos inferiores a 0,92, verificados em intervalos de 01(uma) hora; e
- II. No período diário complementar ao definido no item I, apenas os fatores de potência indutivos inferiores a 0,92, verificados em intervalos de 01 (uma) hora.

**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - DOS ACRÉSCIMOS:**

Se os equipamentos de medição forem instalados no lado da saída do transformador de propriedade do CONSUMIDOR, aos valores medidos de demanda ativa e reativa e de consumo de energia elétrica ativa e reativa serão feitos os seguintes acréscimos:

- I. 1% (um por cento) nos fornecimentos em tensão contratada superior a 44 kV;
- II. 2,5% (dois e meio por cento) nos fornecimentos em tensão contratada igual ou inferior a 44 kV.

**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - DO ENCARGO DE CONEXÃO:**

Na fatura de uso do sistema de distribuição será inserida a cobrança do encargo de conexão, quando for o caso, conforme **CLAUSULA VIGÉSIMA QUARTA**.

**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - DOS TRIBUTOS:**

Serão aplicados no faturamento os tributos e demais encargos previstos pela legislação e normas em vigor na época, os quais incidirão sobre os valores constantes na fatura.

**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - DOS VALORES DA TARIFAS E ENERGIA:**

As TARIFAS de DEMANDA e ENERGIA ELÉTRICA corresponderão àquelas definidas pela ANEEL. Essas TARIFAS poderão ser reajustadas e/ou revisadas anualmente ou, extraordinariamente em período menor, conforme determinação da ANEEL, sendo, nos termos da legislação e da regulamentação vigente, a partir de então, imediatamente aplicadas ao fornecimento objeto do presente CONTRATO.

*40*  
*Procurador*



Ministério Público do Estado do Amazonas  
Procuradoria-Geral de Justiça

PROCESSO N.º SEI 2018.014896

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 002/2019 – MP/PGJ

**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - DOS EVENTUAIS DESCONTOS:**

A DISTRIBUIDORA aplicará os descontos nas situações informadas abaixo:

- I. Para CONSUMIDOR que adquirir energia de fontes incentivadas no mercado livre, será concedido o desconto de uso do sistema de distribuição, com percentual divulgado mensalmente pela CCEE e critérios de aplicação estabelecidos pela ANEEL;
- II. Para as classes e subclasses conforme legislação específica.

**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - ENTREGA E VENCIMENTO DAS FATURAS:**

A fatura será mensalmente emitida pela DISTRIBUIDORA e entregue no endereço da unidade consumidora.

**Parágrafo primeiro.** Alternativamente, para unidades consumidoras localizadas em áreas atendidas pelo serviço postal, a fatura poderá ser entregue em outro endereço de cobertura deste serviço, devendo o CONSUMIDOR assumir os custos referentes às despesas postais adicionais.

**Parágrafo segundo.** Para unidades consumidoras localizadas na área rural a DISTRIBUIDORA poderá disponibilizar as faturas e demais documentos no posto de atendimento mais próximo da unidade consumidora, sendo facultado ao CONSUMIDOR indicar outro endereço atendido pelo serviço postal, sem a cobrança de despesas adicionais.

**Parágrafo terceiro.** A fatura e demais documentos poderão ser entregues de forma eletrônica, quando esta opção for oferecida pela DISTRIBUIDORA e aceita pelo CONSUMIDOR, de comum acordo formalizado entre as PARTES.

**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - DO PRAZO DE VENCIMENTO:**

O prazo de vencimento da fatura é de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de apresentação.

**Parágrafo primeiro.** Para CONSUMIDORES classificados como Poder Público e Serviço Público, conforme estabelece o parágrafo 1º do artigo 124 da Resolução Normativa ANEEL nº 414 de 09 de setembro de 2010 o prazo de vencimento das faturas é de 10 (dez) dias úteis, contados da data de apresentação.

*Handwritten signature and initials in blue ink, including the name 'M. M. M. M. M.' and a large 'X' mark.*



Ministério Público do Estado do Amazonas  
Procuradoria-Geral de Justiça

**PROCESSO N.º SEI 2018.014896**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 002/2019 – MP/PGJ**

**Parágrafo segundo.** No caso de atraso na apresentação da fatura por motivo imputável à DISTRIBUIDORA, a data de vencimento será automaticamente postergada, por prazo igual ao do atraso verificado.

**Parágrafo terceiro.** Na hipótese de atraso no pagamento da Fatura emitida pela DISTRIBUIDORA, será aplicada cobranças de multa, atualização monetária e juros de mora, conforme definidos na legislação vigente.

**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - DO VENCIMENTO DA FATURA:**

O vencimento da fatura de energia elétrica não será afetado por discussões entre as PARTES, devendo a eventual diferença, se houver, constituir objeto de processamento independente, e tão logo apurada, ser paga ou devolvida a quem de direito, pela compensação nos faturamentos subsequentes.

**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - SUSPENSÃO DO USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO:**

A DISTRIBUIDORA poderá suspender o uso do sistema de distribuição de energia elétrica, de imediato ou mediante prévia comunicação formal, nas condições previstas em legislação ou por descumprimento de condição acordada neste CONTRATO.

**Parágrafo único.** Constatada a conexão de qualquer carga ou sistema de geração de energia elétrica de forma clandestina, a DISTRIBUIDORA interromperá o uso do sistema de distribuição de energia elétrica à unidade consumidora, de forma imediata e sem aviso prévio.

**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - DO RECONHECIMENTO DO DIREITO DA DISTRIBUIDORA:**

O CONSUMIDOR reconhece o direito da DISTRIBUIDORA de suspender o uso do sistema de distribuição de energia elétrica em caso de inadimplência, conforme **parágrafo 3º do artigo 6º da Lei nº 8.987 de 13 de fevereiro de 1995 e inciso I do artigo 172º da resolução ANEEL nº 414 de 09 de setembro de 2010.**

**CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - DO INADIMPLEMENTO DO CONTRATO:**

Sem prejuízo da **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA**, em caso de inadimplemento de obrigação contida neste CONTRATO, por qualquer das PARTES,

*Handwritten signature and initials in blue ink.*



Ministério Público do Estado do Amazonas  
Procuradoria-Geral de Justiça

**PROCESSO N.º SEI 2018.014896**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 002/2019 – MP/PGJ**

a PARTE prejudicada deverá notificar a PARTE inadimplente, a fim de sanar o respectivo inadimplemento, em um prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da notificação, caso a parte inadimplente necessite de prazo diferente, deverá justificar os motivos dentro daquele prazo.

**CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA – DOS MOTIVOS DE RESCISÃO:**

Este CONTRATO poderá ser rescindido:

- I. em caso de desmodelagem e desligamento do CONSUMIDOR como agente da CCEE, na forma da legislação;
- II. a pedido do CONSUMIDOR, mediante solicitação formal, no desligamento definitivo da unidade consumidora.

**CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA – DO ENCERRAMENTO CONTRATUAL ANTECIPADO:**

O encerramento contratual antecipado implica, sem prejuízo de outras obrigações estabelecidas pela legislação, na cobrança pela DISTRIBUIDORA, do que segue:

- I. valor correspondente ao faturamento de toda a demanda contratado, subsequente à data do encerramento contratual antecipado, limitado a 06 (seis) meses, para os postos tarifários ponta e fora de ponta ou único; e
- II. valor correspondente ao faturamento do montante mínimo de 30 kW no caso de **CONSUMIDOR CATIVO E POTENCIALMENTE LIVRE**, pelos meses remanescentes além do limite fixado no **Inciso I**, para o posto tarifário fora de ponta ou único; e
- III. valor correspondente ao faturamento do montante mínimo de 500 kW no caso de **CONSUMIDOR ESPECIAL**, incluindo o parcialmente atendido no ACL, pelos meses remanescentes além do limite fixado no **Inciso I**, para o posto tarifário fora de ponta ou único; e
- IV. valor correspondente ao faturamento do montante mínimo de 3 MW, no caso de **CONSUMIDOR LIVRE e PARCIALMENTE LIVRE**, pelos meses remanescentes, além do limite fixado no **Inciso I**, para o posto tarifário fora de ponta ou único.



Ministério Público do Estado do Amazonas  
Procuradoria-Geral de Justiça

PROCESSO N.º SEI 2018.014896

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 002/2019 – MP/PGJ

**CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA – DA EVENTUAL INDENIZAÇÃO:**

Qualquer eventual pedido de indenização estará limitado ao pagamento dos danos diretos que tenham sido comprovadamente causados pela PARTE inadimplente, tal como venha a ser ajustado entre as PARTES ou apurado em demanda judicial, renunciando as PARTES, aqui e expressamente, ao direito de pleitearem uma da outra, a qualquer tempo, outro pedido de indenização, pagamento ou reembolso, notada, mas não exclusivamente, no tocante a lucro cessante, danos indiretos ou quaisquer outros previstos pela legislação.

**CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA - DA RESCISÃO DO CONTRATO:**

Quando a rescisão for motivada pelo CONSUMIDOR, a DISTRIBUIDORA poderá exigir o ressarcimento dos investimentos efetuados no sistema elétrico e ainda não amortizados, para o fornecimento de energia elétrica à unidade consumidora.

**CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA - CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR:**

Caso alguma das PARTES não possa cumprir qualquer de suas obrigações, no todo ou em parte, em decorrência de caso fortuito ou força maior, nos termos do parágrafo único do artigo 393 do Código Civil Brasileiro, deve comunicar o fato de imediato à outra PARTE no prazo de 72 (setenta e duas) horas, informando os efeitos danosos do evento e comprovando que o mesmo contribuiu para o descumprimento de obrigação prevista neste CONTRATO.

**Parágrafo primeiro.** Constatada a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, ficam suspensas, enquanto perdurar o evento, as obrigações que as PARTES ficarem impedidas de cumprir.

**Parágrafo segundo.** Não constituem hipóteses de força maior os eventos abaixo indicados: (a) dificuldades econômicas e/ou alteração das condições de mercado; (b) demora no cumprimento por qualquer das PARTES de obrigação contratual; (c) eventos que resultem do descumprimento por qualquer parte de obrigações contratuais ou de leis, normas, regulamentos, decretos ou demais EXIGÊNCIAS LEGAIS; ou (d) eventos que sejam resultantes de negligência, dolo, erro ou omissão.

*Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'Cristiane'.*



Ministério Público do Estado do Amazonas  
Procuradoria-Geral de Justiça

PROCESSO N.º SEI 2018.014896

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 002/2019 – MP/PGJ

**CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA - COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES:**

Todas as comunicações, tais como correspondências, instruções, propostas, certificados, registros, aceitações e notificações enviadas no âmbito deste CONTRATO, devem ser feitas em português, por escrito, entregues em mãos, sob protocolo, ou por meio de carta com aviso de recebimento, para os endereços abaixo indicados e aos cuidados das seguintes pessoas:

	DISTRIBUIDORA	CONSUMIDOR
<b>Nome:</b>	Alcir Melo da Silva	Janine Meire Pinatto
<b>Endereço:</b>	Rua 10 de Julho nº 269 A - Centro	Av. Coronel Teixeira, 7995 – Nova Esperança
<b>Cidade/UF:</b>	Manaus / AM	Manaus / AM
<b>CEP:</b>	69010-060	69037-473
<b>Telefone:</b>	(92) 2126-7314	(92) 3655-0726
<b>E-mail:</b>	grandes.consumidores@eletrobrasa mazonas.com	janinepinatto@mpam.mp.br

**Parágrafo único.** O CONSUMIDOR declara estar ciente da obrigatoriedade de manter atualizados os dados cadastrais da UNIDADE CONSUMIDORA, especialmente quando da mudança do titular, formalizando solicitação à DISTRIBUIDORA, conforme o caso, de alteração da titularidade ou de encerramento da relação contratual.

**CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA - GARANTIAS:**

Em caso de inadimplemento do CONSUMIDOR de mais de uma fatura mensal, em um período de 12 (doze) meses, sem prejuízo da exigibilidade de quitação dos débitos, a DISTRIBUIDORA poderá exigir o oferecimento de garantias, limitadas ao valor inadimplido, conforme legislação.

**Parágrafo primeiro.** No caso de CONSUMIDOR POTENCIALMENTE LIVRE, a DISTRIBUIDORA pode exigir, alternativamente ao disposto no Caput, a apresentação de Contrato de Compra de Energia no ACL.

*Handwritten signature and stamp:*  
A circular stamp with the word "notificado" (notified) inside, and a signature over it.



Ministério Público do Estado do Amazonas  
Procuradoria-Geral de Justiça

**PROCESSO N.º SEI 2018.014896**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 002/2019 – MP/PGJ**

**Parágrafo segundo.** O descumprimento das obrigações dispostas neste artigo enseja a suspensão do uso do sistema de distribuição ao CONSUMIDOR ou o impedimento de sua religação.

**Parágrafo terceiro.** O disposto no Caput não se aplica ao CONSUMIDOR que seja prestador de serviços públicos essenciais.

**Parágrafo quarto.** As garantias devem ser mediante depósito-caução em espécie, seguro ou carta-fiança, a crédito do CONSUMIDOR, e vigorar pelos 11 (onze) meses que sucederem a penúltima fatura inadimplida.

**CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:**

Este CONTRATO está subordinado à legislação de serviço público de energia elétrica que prevalecerá nos casos omissos ou em eventuais divergências.

**Parágrafo primeiro.** A DISTRIBUIDORA e o CONSUMIDOR comprometem-se a seguir e respeitar a legislação, os PROCEDIMENTOS DE DISTRIBUIÇÃO, as limitações operativas dos equipamentos das PARTES e a legislação e regulamentação aplicáveis ao presente CONTRATO.

**Parágrafo segundo.** Quaisquer modificações supervenientes na referida legislação, que venham a repercutir nos ajustes estabelecidos neste CONTRATO, considerar-se-ão automática e imediatamente aplicáveis.

**Parágrafo terceiro.** Se, por qualquer motivo, quaisquer das disposições deste CONTRATO vierem a se tornar inválidas, ilegais ou inexequíveis por qualquer tribunal competente, as PARTES se obrigam a negociar a substituição às disposições consideradas inválidas, ilegais ou inexequíveis e a manter, tanto quanto possível, em todas as circunstâncias, o equilíbrio dos interesses comerciais das PARTES.

**Parágrafo quarto.** O término do prazo deste CONTRATO não afeta quaisquer direitos ou obrigações anteriores a tal evento, ainda que seu exercício ou cumprimento se dê após a sua ocorrência.

**Parágrafo quinto.** O CONSUMIDOR declara expressamente ter pleno conhecimento dos dispositivos legais e regulamentares, inclusive aos que se aplicam ao Ambiente de Contratação Livre - ACL.

*Handwritten signature and initials in blue ink.*

*Handwritten mark or signature in blue ink.*



Ministério Público do Estado do Amazonas  
Procuradoria-Geral de Justiça

PROCESSO N.º SEI 2018.014896

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 002/2019 – MP/PGJ

**CLÁUSULA QUINOUAGÉSIMA NONA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÃO AOS SEUCESORES:**

Os direitos e obrigações deste CONTRATO se transmitem aos sucessores ecessionários do CONSUMIDOR, devendo a DISTRIBUIDORA ser notificada com antecedência mínima **de 60 (sessenta) dias** para proceder aos ajustes que se fizerem necessários neste CONTRATO e no que dele decorrer.

**CLÁUSULA SEXAGÉSIMA - DA ALTERAÇÃO:**

Este CONTRATO não poderá ser alterado nem poderá haver renúncia às suas disposições, exceto por meio de termo aditivo a ser assinado pelas PARTES, observado o disposto na legislação aplicável.

**CLÁUSULA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA - DO ATRASO OU TOLERÂNCIA:**

Nenhum atraso ou tolerância por qualquer das PARTES, relativo ao exercício de qualquer direito, poder, privilégio ou recurso, sob este CONTRATO, será tido como passível de prejudicar tal direito, poder, privilégio ou recurso, nem será interpretado como renúncia ou novação dos mesmos.

**CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEGUNDA - DO INSTRUMENTO CONTRATUAL:**

Este CONTRATO é reconhecido pelas PARTES como título executivo extrajudicial, na forma do Código de Processo Civil, para efeito de cobrança de todos e quaisquer valores decorrentes das obrigações aqui contempladas.

**CLÁUSULA SEXAGÉSIMA TERCEIRA - DO PRAZO DE ASSINATURA:**

Este CONTRATO e seus respectivos ADITIVOS devem ser assinados pelo CONSUMIDOR em prazo hábil antes da implantação de qualquer solicitação.

**Parágrafo único.** Para as conexões novas o acesso aos sistema de distribuição da DISTRIBUIDORA somente será permitido mediante apresentação deste CONTRATO, devidamente assinado pelo representante legal solicitante do acesso.

*Handwritten signature and initials*

*Handwritten mark*





Ministério Público do Estado do Amazonas  
Procuradoria-Geral de Justiça

**PROCESSO N.º SEI 2018.014896**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 002/2019 – MP/PGJ**


**CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUARTA - DO FORO:**

Fica eleito o foro da cidade de MANAUS para solução de quaisquer questões decorrentes deste CONTRATO, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de acordo com as condições ora estabelecidas, as PARTES assinam este instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, a tudo presentes.

Manaus (Am.), 11 de fevereiro de 2019.

**DISTRIBUIDORA:**

  
Eletrobras  
Distribuição Amazonas  
Ana Socorro Holanda da Silva  
Matr. 575-4B

**ANA SOCORRO HOLANDA DA SILVA**

Gerente do Departamento de Atendimento aos Clientes

**USUÁRIO**



**CAROS FÁBIO BRAGA MONTEIRO**

Procurador-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, *por substituição legal*

**Testemunhas:**

01. \_\_\_\_\_

Nome: **LÍCIA MARIA O. SENA**  
Agente de Apoio - Administrativo  
RG.: 2812718 -SP/PA  
CPF: 571.907.632-87

02. \_\_\_\_\_

Nome: **Kátia Renata da Silva**  
RG.: **575-4B**  
CPF: **575-4B**  
Chefe da Divisão de Contratos e Convênios



Ministério Público do Estado do Amazonas  
Procuradoria-Geral de Justiça

PROCESSO N.º SEI 2018.014896

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 002/2019 – MP/PGJ

## ANEXO I

### RELAÇÃO DOS PONTOS DE CONEXÃO E DAS INSTALAÇÕES DE CONEXÃO

1) Descrição do ponto de conexão:

O ponto de conexão do CONSUMIDOR ao Sistema Elétrico da DISTRIBUIDORA, para efeito de operação, manutenção, e propriedade, inicia-se na entrada primária do cliente, exatamente na conexão do ramal de entrada.

<DIAGRAMA UNIFILAR> <OPCIONAL>

2) Descrição das Instalações de Conexão de responsabilidade do CONSUMIDOR:

A conexão do CONSUMIDOR ao Sistema Elétrico da DISTRIBUIDORA se faz através das seguintes instalações de conexão:

- UC: 869937 - Subestação Particular de 1.000 kVA, com tensão de fornecimento de 13.8 kV na primária.
- UC: 876061-6 - Subestação Particular de 300 kVA, com tensão de fornecimento de 13.8 kV na primária.

3) Descrição das Instalações de Conexão de responsabilidade da DISTRIBUIDORA:

A seguir são descritas as principais instalações de propriedade da DISTRIBUIDORA que permitem o fluxo de energia no seu Sistema Elétrico de Distribuição relacionado ao atendimento do CONSUMIDOR:

- Alimentador que deriva da Subestação com condutores até a entrada primária do cliente. O ponto de entrega está localizado na entrada primária na conexão do ramal de ligação.

§

*W. [assinatura]*



Ministério Público do Estado do Amazonas  
Procuradoria-Geral de Justiça

**PROCESSO N.º SEI 2018.014896**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 002/2019 – MP/PGJ**

**CONTRATO DE COMPRA DE ENERGIA REGULADA** que entre si celebram o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, e a empresa **AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A**, para fornecimento de energia elétrica.

**CCER - N.º 002/2019**

Pelo presente instrumento particular, doravante simplesmente denominado **CONTRATO**, de um lado, **AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A**, ora denominada **DISTRIBUIDORA**, com sede na Avenida Sete de Setembro, 2414, Cachoeirinha, 69005-141, na cidade de Manaus/AM, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 02.341.467/0001-20, por seus representantes legais devidamente constituídos, e, de outro, **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, por intermédio de sua **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, órgão de sua Administração Superior, inscrito (a) no CNPJ/MF, sob o n.º 04.153.748/0001-85, com sede na Avenida Coronel Teixeira, 7.995, Nova Esperança, 69.037-473, Manaus/AM, por seus representantes legais devidamente constituídos, doravante simplesmente denominado **CONSUMIDOR**.

#### **DAS DEFINIÇÕES E PREMISSAS APLICÁVEIS AO CONTRATO**

Para o efeito de permitir o entendimento e precisão da terminologia técnica empregada neste **CONTRATO** e em seus Anexos, fica, desde já, acordado entre as **PARTES** o conceito dos seguintes vocábulos e expressões:

**ANEEL**: Agência Nacional de Energia Elétrica, instituída pela Lei nº 9.427/96.

**BANDEIRA TARIFÁRIA**: sistema tarifário que tem como finalidade sinalizar aos consumidores faturados pela **DISTRIBUIDORA** por meio da Tarifa de Energia, os custos atuais da geração de energia elétrica.

**CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CCEE**: ambiente onde se processa a compra e venda de energia elétrica, criada pela lei 10.848, de 15 de março de 2004, e regulamentada pelo Decreto Lei nº 5.177, de 12 de agosto de 2004. \$.

**CICLO DE FATURAMENTO**: intervalo de tempo de aproximadamente 30 (trinta) dias, compreendido entre a data da leitura, do medidor de energia elétrica, de um determinado mês e a data da leitura no mês seguinte, de acordo com o calendário a ser definido pela **DISTRIBUIDORA**.

*Handwritten signature and initials in blue ink.*



Ministério Público do Estado do Amazonas  
Procuradoria-Geral de Justiça

**PROCESSO N.º SEI 2018.014896**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 002/2019 – MP/PGJ**

**CONSUMIDOR:** pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, legalmente representada, que solicite o fornecimento, a contratação de energia ou o uso do sistema elétrico à DISTRIBUIDORA, assumindo as obrigações decorrentes deste atendimento à(s) sua(s) unidade(s) consumidora(s).

**CONSUMIDOR ESPECIAL:** agente da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, da categoria de comercialização, que adquire energia elétrica proveniente de empreendimentos de geração enquadrados no § 5º do art. 26 da Lei no 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para Unidade Consumidora ou unidades consumidoras reunidas por comunhão de interesses de fato ou de direito cuja carga seja maior ou igual a 500 kW e que não satisfaçam, individualmente, os requisitos dispostos nos arts. 15 e 16 da Lei no 9.074, de 7 de julho de 1995.

**CONSUMIDOR LIVRE:** agente da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, da categoria de comercialização, que adquire energia elétrica no ambiente de contratação livre para unidades consumidoras que satisfaçam, individualmente, os requisitos dispostos nos arts. 15 e 16 da Lei no 9.074, de 1995.

**CONSUMIDOR POTENCIALMENTE LIVRE:** pessoa jurídica cujas unidades consumidoras satisfazem, individualmente, os requisitos dispostos nos arts. 15 e 16 da Lei no 9.074, de 1995, porém não adquirem energia elétrica no ambiente de contratação livre.

**CONSUMIDOR PARCIALMENTE LIVRE:** Consumidor Livre ou Especial cujo atendimento se dê parcialmente sob condições reguladas;

**CONTRATO DE COMPRA DE ENERGIA REGULADA - CCER:** é o presente contrato, que estabelece os termos e condições para compra de energia no ambiente regulado da DISTRIBUIDORA pelo CONSUMIDOR. &

**DISTRIBUIDORA:** agente titular de concessão ou permissão federal para prestar o serviço público de distribuição de energia elétrica.

**ENERGIA ELÉTRICA ATIVA:** energia elétrica que pode ser convertida em outra forma de energia expressa em quilowatt-hora (kWh).

**ENERGIA ELÉTRICA CONTRATADA:** é a Energia Elétrica Ativa, expressa em MWh médios e/ou MWh, vendida pela DISTRIBUIDORA ao CONSUMIDOR, a ser disponibilizada no Ponto de Conexão mediante entrega simbólica, para cada mês do presente contrato durante seu período de vigência.

0  
assinado



Ministério Público do Estado do Amazonas  
Procuradoria-Geral de Justiça

PROCESSO N.º SEI 2018.014896

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 002/2019 – MP/PGJ

**ENERGIA ELÉTRICA REATIVA:** energia elétrica que circula continuamente entre os diversos campos elétricos e magnéticos de um sistema de corrente alternada, sem produzir trabalho, expressa em quilovolt-ampere-reativo-hora (kVARh).

**EQUIPAMENTOS DE MEDIÇÃO:** equipamentos destinados à medição dos montantes de energia elétrica e potência disponibilizada no Ponto de Conexão, bem como do MUSD utilizado pelo CONSUMIDOR, de acordo com os padrões especificados pela regulamentação em vigor.

**HORÁRIO DE PONTA:** é o período composto de 03 (três) horas diárias consecutivas, fixadas pela DISTRIBUIDORA, com a aprovação da ANEEL, exceção feita aos sábados, domingos, feriados nacionais fixos de 01 de janeiro (Confraternização Universal), 21 de abril (Tiradentes), 01 de maio (Trabalho), 07 de setembro (Independência), 12 de outubro (Nossa Senhora Aparecida), 02 de novembro (Finados), 15 de novembro (Proclamação da República), 25 de dezembro (Natal) e feriados nacionais móveis de Terça Feira de Carnaval, Sexta Feira da Paixão e Corpus Christi.

**HORÁRIO FORA DE PONTA:** é o período composto pelo conjunto das horas diárias consecutivas e complementares àquelas definidas no Horário de Ponta.

**HORÁRIO RESERVADO:** é o período diário contínuo composto de 08 (oito) horas e 30 (trinta) minutos, que compreende das 21h30 min às 6h, no qual é passível a aplicação do desconto para carga destinada à irrigação.

**INÍCIO DO FORNECIMENTO:** data partir da qual considera-se contratado o objeto deste contrato para efeitos de início de vigência.

**MW médios:** é o valor de megawatt-hora dividido por um período de tempo considerado.

**PERÍODO DE FORNECIMENTO DE ENERGIA:** é o período durante o qual será efetivamente fornecida a Energia Elétrica Contratada ao CONSUMIDOR.

**PONTO DE CONEXÃO:** conjunto de equipamentos que se destina a estabelecer a conexão na fronteira entre as instalações da DISTRIBUIDORA e do CONSUMIDOR.

**TARIFA:** preço da unidade de energia elétrica (kWh) e/ou da demanda de potência (kW) ativas.

**TARIFA AZUL:** modalidade tarifária horária estruturada para aplicação de Tarifas diferenciadas de consumo de energia elétrica de acordo com as horas de utilização

3  
Muller



Ministério Público do Estado do Amazonas  
Procuradoria-Geral de Justiça

**PROCESSO N.º SEI 2018.014896**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 002/2019 – MP/PGJ**

do dia e os períodos do ano, bem como de Tarifas diferenciadas de demanda de potência de acordo com as horas de utilização do dia.

**TARIFA DE ENERGIA – TE:** valor monetário, fixado em Reais por unidade de Energia Elétrica Ativa, estabelecido pela ANEEL como remuneração à DISTRIBUIDORA pelo fornecimento de energia elétrica aos consumidores total ou parcialmente atendidos no ambiente regulado.

**TARIFA VERDE:** modalidade tarifária horária estruturada para aplicação de Tarifas diferenciadas de consumo de energia elétrica de acordo com as horas de utilização do dia, bem como de uma única Tarifa de demanda de potência independente de utilização do dia.

**TENSÃO PRIMÁRIA:** tensão disponibilizada no sistema elétrico da DISTRIBUIDORA, com valores padronizados iguais ou superiores a 2,3 kV.

**TRIBUTOS:** Todos os impostos, taxas e contribuições incidentes sobre o objeto deste Contrato.

**UNIDADE CONSUMIDORA:** conjunto composto por instalações, ramal de entrada, equipamentos elétricos, condutores e acessórios, incluída a subestação, quando do fornecimento em tensão primária, caracterizado pelo recebimento de energia elétrica em um só Ponto de Entrega, com medição individualizada e correspondente a um único CONSUMIDOR.

**QUADRO I**

UNIDADE CONSUMIDORA	
UC N.º:	
Endereço do ponto de entrega:	
Cidade/UF: Manaus/AM	
DADOS CONTRATUAIS	
Período de Vigência: 11/02/2019 a 11/02/2020	
Modalidade Tarifária Horária: Verde	
MONTANTE DE ENERGIA ELÉTRICA CONTRATADA	
<input checked="" type="checkbox"/> Pela Energia Elétrica Total Medida Mensal (MWh)	
<input type="checkbox"/> Pelo Montante Médio Mensal (MWmédios)	
MONTANTE DE ENERGIA CONTRATADA - MWmédios	
PONTA	FORA PONTA

*8*  
*no 10/2019*



Ministério Público do Estado do Amazonas  
Procuradoria-Geral de Justiça

**PROCESSO N.º SEI 2018.014896**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 002/2019 – MP/PGJ**

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:**

O presente contrato tem por objeto regular a compra e venda de Energia Elétrica Ativa entre o CONSUMIDOR e a DISTRIBUIDORA, a ser disponibilizada no Ponto de Conexão, nos prazos previstos, para uso exclusivo na Unidade Consumidora, nos termos e condições previstos no presente termo e observado o disposto na legislação e regulamentação aplicável.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA MODALIDADE DE TARIFÁRIA E CRITÉRIOS DE FATURAMENTOS:**

- I. O CONSUMIDOR receberá energia elétrica, no ponto de entrega, para uso exclusivo em sua instalação, situada no endereço acima citado.
- II. Entende-se por PONTO DE ENTREGA o ponto de conexão do sistema elétrico da concessionária com as instalações elétricas da unidade consumidora, caracterizando-se como o limite de responsabilidade do fornecimento.
- III. A prestação dos serviços de operação e manutenção serão atendidas pela DISTRIBUIDORA até o ponto de entrega.
- IV. A Estrutura Tarifária aplicada será aquela definida conforme Quadro I.
- V. Os critérios de inclusão nas modalidades tarifárias são os estabelecidos pelo art. 57, § 1º, Incisos I, II e III da Resolução Normativa ANEEL nº 414/2010.
- VI. Especificamente para unidades consumidoras da classe cooperativa de eletrificação rural, a inclusão na tarifa horária azul ou verde deve ser realizada mediante opção do consumidor.
- VII. O faturamento da unidade consumidora do grupo A deverá ser realizado com base nos valores identificados da demanda faturável e do consumo de energia elétrica ativa, quando o caso couber.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

As despesas decorrentes deste termo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: **Unidade Gestora:** 03101 - Procuradoria Geral de Justiça; **Programa de Trabalho:** 03.122.0001.2087.0001 – Administração de Serviços de Energia Elétrica, Água e Esgoto e Telefonia; **Fonte Recurso:** 0100 – Recursos Ordinários; **Natureza da Despesa:** 33903943 – Serviços de Energia Elétrica, tendo sido emitida, pela

40  
nollonade



Ministério Público do Estado do Amazonas  
Procuradoria-Geral de Justiça

**PROCESSO N.º SEI 2018.014896**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 002/2019 – MP/PGJ**

**CONTRATANTE**, em 16/01/2019, a Nota de Empenho n.º 2019NE00084, no valor total de **R\$ 812.282,13 (oitocentos e doze mil, duzentos e oitenta e dois reais e treze centavos)**, correspondendo ao exercício de 2019.

**Parágrafo Único.** O valor de **R\$ 73.843,83 (setenta e três mil, oitocentos e quarenta e três reais e oitenta e três centavos)**, relativo ao complemento do contrato, será empenhado à conta de dotação consignada para o orçamento vindouro.

**CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:**

- I. A energia elétrica será fornecida ao CONSUMIDOR, no ponto de entrega, em corrente alternada trifásica, frequência de 60 (sessenta) Hz, na tensão contratada conforme Quadro I.
- II. No caso da medição ser em baixa tensão, a alteração da tensão secundária dependerá da prévia autorização e adequação da medição, por parte da DISTRIBUIDORA.
- III. A DISTRIBUIDORA, quando solicitado pelo CONSUMIDOR, poderá liberar o sinal de energia do medidor; isentando-se, porém, de qualquer responsabilidade quanto aos pulsos usados para o controle de demanda.
- IV. O CONSUMIDOR pode optar pela mudança para o grupo A com aplicação da tarifa do subgrupo AS, quando a unidade consumidora tiver carga instalada superior a 75kW e for atendida por sistema subterrâneo de distribuição em tensão secundária.

**CLÁUSULA QUINTA - DO INÍCIO DO FORNECIMENTO:**

O fornecimento de energia elétrica de que trata a **cláusula primeira** deste contrato terá início conforme Quadro I.

**Parágrafo Único.** A DISTRIBUIDORA não se responsabilizará por eventuais atrasos que possam vir a ocorrer com respeito ao início do fornecimento, devido à demora na obtenção de servidões de passagens fora dos limites de vias públicas, desapropriações ou travessias em estradas de rodagem ou ferrovias, para implantação de torres e postes de sustentação de passagem de linhas de transmissão ou distribuição, e em caso de força maior.

8  
6  
Maldonado





Ministério Público do Estado do Amazonas  
Procuradoria-Geral de Justiça

PROCESSO N.º SEI 2018.014896

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 002/2019 – MP/PGJ

**CLÁUSULA SEXTA - DO MONTANTE DE ENERGIA ELÉTRICA CONTRATADA:**

O Montante de Energia Elétrica Contratada a ser disponibilizado pela DISTRIBUIDORA ao CONSUMIDOR, no Ponto de Entrega durante o período de fornecimento da energia, poderá ser de acordo com uma das modalidades assinalada no Quadro I.

**Parágrafo Primeiro.** Caso o CONSUMIDOR seja atendido sob a modalidade de energia elétrica medida, nos termos da opção “a” do Quadro I; a DISTRIBUIDORA somente estará obrigada a disponibilizar a Energia Elétrica Ativa sob esta modalidade enquanto o CONSUMIDOR não optar pela contratação parcial de energia elétrica no ambiente de contratação livre.

**Parágrafo Segundo.** Caso o CONSUMIDOR venha a optar pela contratação parcial de energia elétrica no ambiente de contratação livre, os montantes mensais deverão ser fixados por meio de aditivo ao presente contrato, respeitada a antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias em relação ao término do período de vigência em curso.

**Parágrafo Terceiro.** Caso o CONSUMIDOR seja atendido sob a modalidade de energia elétrica contratada, nos termos da alínea “B”, aplica-se o disposto nos incisos seguintes:

I - Os montantes mensais indicados no quadro, constante no “caput” desta cláusula poderão ser aumentados desde que o CONSUMIDOR notifique a DISTRIBUIDORA com a antecedência mínima de 60 (sessenta) meses, ou em prazo menor, a critério da DISTRIBUIDORA.

II - Os montantes mensais indicados no quadro, constante no “caput” desta cláusula poderão ser reduzidos desde que o CONSUMIDOR notifique com a antecedência mínima em relação ao término da vigência contratual de:

- a) 90 (noventa) dias, para os consumidores pertencentes ao subgrupo A4; ou
- b) 180 (cento e oitenta) dias, para os consumidores pertencentes aos demais subgrupos.

40  
notificação



Ministério Público do Estado do Amazonas  
Procuradoria-Geral de Justiça

PROCESSO N.º SEI 2018.014896

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 002/2019 – MP/PGJ

**CLÁUSULA SÉTIMA - DAS CONDIÇÕES DE FATURAMENTO:**

O valor a ser pago mensalmente pelo CONSUMIDOR será o resultado da multiplicação da Tarifa de Energia – TE

- a) Pelo total medido da Energia Elétrica Ativa na Unidade Consumidora, a cada Ciclo de Faturamento; caso o CONSUMIDOR seja atendido na modalidade indicada no Quadro I; ou
- b) Pelo montante constante no Quadro I para cada mês do Período de Fornecimento, caso o CONSUMIDOR seja atendido na modalidade pelo montante Médio Mensal, observado o disposto nos parágrafos subsequentes;

**CLÁUSULA OITAVA - DO CONSUMIDOR ATENDIDO SOB A MODALIDADE DE ENERGIA ELÉTRICA MONTANTE MÉDIO MENSAL:**

**Parágrafo Primeiro.** Quando o montante de Energia Elétrica Ativa medida no Ciclo de Faturamento, em megawatt-hora, for maior que o produto do número de horas do ciclo pelo limite estabelecido para a Energia Elétrica Contratada, fixado em MWmédios para cada Ciclo de Faturamento, o faturamento da Energia Elétrica Ativa será:

$$\text{FEA}(p) = \text{MW médio CONTRATADO} \times \text{HORAS ciclo} \times [\text{EEAM}(p)/\text{EEAM}(\text{ciclo})] \times \text{TE comp}(p)$$

**Parágrafo Segundo.** Quando o montante de Energia Elétrica Ativa medida no Ciclo de Faturamento, em megawatt-hora, for menor ou igual ao produto do número de horas do ciclo pelo limite estabelecido para a Energia Elétrica Ativa Contratada, fixado em MWmédios para cada Ciclo de Faturamento, o faturamento da Energia Elétrica Ativa será:

$$\text{FEA}(p) = \text{EEAM}(p) \times \text{TE comp}(p)$$

onde:

**FEA(p)** = faturamento da Energia Elétrica Ativa, por posto horário “p”, em Reais (R\$);

40  
Muller



Ministério Público do Estado do Amazonas  
Procuradoria-Geral de Justiça

PROCESSO N.º SEI 2018.014896

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 002/2019 – MP/PGJ

**EEAM(p)** = montante de Energia Elétrica Ativa medido em cada posto horário “p” do Ciclo de Faturamento, em megawatt-hora (MWh);

**EEAM(ciclo)** = montante de Energia Elétrica Ativa medido no ciclo de faturamento, em megawatt-hora (MWh);

**TECOMP(p)** = Tarifa de Energia – TE;

**MWmédio CONTRATADO** = montante de energia indicado em MW médios e fixado no item “F” da “PARTE I” para cada mês do Período de Fornecimento;

**HORASciclo** = indica a quantidade total de horas do Ciclo de Faturamento; e

**p** = indica posto horário, ponta ou fora de ponta, para as Tarifas horárias.

**CLÁUSULA NONA - DO CONSUMIDOR ATENDIDO SOB A MODALIDADE DE ENERGIA ELÉTRICA TOTAL MEDIDA:**

**Parágrafo Primeiro.** Caso o CONSUMIDOR seja atendido sob a modalidade de energia elétrica medida o faturamento da energia elétrica ativa será:

$$FEA(p) = EEAM(p) \times TEcomp(p)$$

onde:

**FEA(p)** = faturamento da Energia Elétrica Ativa, por posto horário “p”, em Reais (R\$);

**EEAM(p)** = montante de Energia Elétrica Ativa medido em cada posto horário “p” do Ciclo de Faturamento, em megawatt-hora (MWh);

**TECOMP(p)** = Tarifa de Energia - TE definida no caput desta Cláusula; e

**p** = indica posto horário, ponta ou fora de ponta, para as Tarifas horárias.

**Parágrafo Segundo.** Para fins de faturamento, na impossibilidade de avaliação do consumo nos Horários de Ponta e Fora de Ponta, esta segmentação deve ser efetuada proporcionalmente ao número de horas de cada segmento.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DO PAGAMENTO:**

**Parágrafo Primeiro.** Os custos e encargos de conexão e uso do sistema de distribuição são de responsabilidade do CONSUMIDOR, conforme contratos

*B.*  
*Waldemar*



Ministério Público do Estado do Amazonas  
Procuradoria-Geral de Justiça

**PROCESSO N.º SEI 2018.014896**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 002/2019 – MP/PGJ**

específicos celebrados entre o CONSUMIDOR e a DISTRIBUIDORA e poderão ser faturados conjuntamente com o valor relativo à compra da energia elétrica, nos termos **Cláusula Sexta**.

**Parágrafo Segundo.** O valor mensal a ser pago pelo CONSUMIDOR, apurado conforme as **Cláusulas Sexta, Sétima e Oitava**, será faturado pela DISTRIBUIDORA por meio da emissão da Fatura.

**Parágrafo Terceiro.** As Faturas conterão, além dos valores apurados nos termos das **Cláusulas Sexta, Sétima e Oitava**, os encargos, Tributos e demais valores a serem pagos, conforme estabelecido em legislação específica.

**Parágrafo Quarto.** As Faturas serão entregues ao CONSUMIDOR no endereço da Unidade Consumidora no item “B” da “PARTE I”, ou, alternativamente, em outro endereço que venha a ser indicado por escrito pelo CONSUMIDOR.

**Parágrafo Quinto.** O pagamento da Fatura na data de vencimento não será afetado por discussões entre as PARTES, devendo a diferença, quando houver, constituir objeto de processamento independente e, tão logo apurada, ser paga ou devolvida a quem de direito.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA MEDIÇÃO:**

A verificação do montante total de energia elétrica consumido pela unidade consumidora objeto deste contrato, será feita por meio de processo de medição que possibilita a quantificação e o registro de grandezas elétricas associadas ao consumo de energia elétrica.

**Parágrafo Único.** As regras de instalação e manutenção do medidor e demais equipamentos de medição de energia elétrica estão reguladas no Contrato de Uso do Sistema de Distribuição – CUSD celebrado entre o CONSUMIDOR e a DISTRIBUIDORA.

*Handwritten signature and initials in blue ink.*



Ministério Público do Estado do Amazonas  
Procuradoria-Geral de Justiça

PROCESSO N.º SEI 2018.014896

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 002/2019 – MP/PGJ

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA LEITURA:**

A DISTRIBUIDORA efetuará a leitura do medidor em intervalos de aproximadamente 30 (trinta) dias, observados o mínimo de 27 (vinte e sete) e o máximo de 33 (trinta e três) dias.

**Parágrafo Primeiro.** Para o primeiro faturamento da Unidade Consumidora, ou havendo necessidade de remanejamento de rota ou reprogramação do calendário, as leituras podem ser realizadas, excepcionalmente, em intervalos de no mínimo 15 (quinze) e no máximo 47 (quarenta e sete) dias.

**Parágrafo Segundo.** Ocorrendo impedimento de acesso para fins de leitura, o valor faturável de energia elétrica será o resultante da média aritmética dos 12 (doze) últimos faturamentos anteriores à constatação do impedimento. Esse procedimento pode ser aplicado por até 3 (três) ciclos consecutivos e completos de faturamento, devendo a DISTRIBUIDORA, tão logo seja caracterizado o impedimento, comunicar ao CONSUMIDOR, por escrito, sobre a obrigação de permitir o acesso à Unidade Consumidora e da possibilidade da suspensão do fornecimento. O acerto de faturamento deve ser realizado no Ciclo de Faturamento subsequente à regularização da respectiva leitura.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO DESCONTO AO IRRIGANTE E AO AQUICULTOR:**

A DISTRIBUIDORA concederá desconto especial na tarifa de fornecimento relativa ao consumo de energia elétrica ativa, exclusivamente, na carga destinada à irrigação vinculada à atividade de agropecuária e na carga de aquicultura, desde que a unidade consumidora seja atendida por meio do SIN, o consumidor efetue a solicitação por escrito, e não possua débitos vencidos relativos à unidade consumidora beneficiada com desconto.

**Parágrafo Primeiro.** A DISTRIBUIDORA aplicará, independente do subgrupo tarifário da unidade consumidora, o desconto no horário de 21h30 min às 6h do dia seguinte.

*Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'Roberto S.' with a large 'W' or 'U' below it.*



Ministério Público do Estado do Amazonas  
Procuradoria-Geral de Justiça

PROCESSO N.º SEI 2018.014896

**CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 002/2019 – MP/PGJ**

**Parágrafo Segundo.** Para a unidade consumidora classificada como cooperativa de eletrificação rural, o desconto incidirá sobre o somatório dos consumos de energia elétrica nas unidades dos cooperados verificados no período estabelecido, cabendo à cooperativa fornecer os dados necessários a DISTRIBUIDORA.

**Parágrafo Terceiro.** O desconto será suspenso quando do inadimplemento ou constatação de procedimento irregular que tenha provocado o faturamento incorreto da unidade consumidora beneficiada com o desconto.

**Parágrafo Quarto.** Ficam definidas as seguintes cargas para aplicação dos descontos:

- a) aquicultura: cargas específicas utilizadas no bombeamento dos tanques de criação, berçário, na aeração e iluminação nesses locais; e
- b) irrigação: cargas destinadas ao bombeamento e aspersão da água.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO PROJETO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA:**

O Consumidor deve submeter *previamente* a DISTRIBUIDORA os projetos básico e executivo das medidas de eficiência energética a serem implementadas, com as justificativas técnicas devidas, etapas de implantação, resultados previstos, prazos, proposta para a revisão contratual e acompanhamento pela distribuidora.

**Parágrafo Único.** A DISTRIBUIDORA, em até 30 (trinta) dias da apresentação dos projetos mencionados no *caput* desta cláusula, informará ao consumidor as condições para revisão da demanda contratada.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO HORÁRIO DOS POSTOS TARIFÁRIOS:**

Para todos os efeitos, o horário de ponta, será o intervalo compreendido entre às 20:00h e 22:59h, exceção feita aos sábados, domingos e os feriados definidos por Lei Federal, tais como: terça-feira de carnaval, sexta-feira da Paixão, "Corpus Christi", 01 de janeiro, 21 de abril, 01 de maio, 07 de setembro, 12 de outubro, 02 de novembro, 15 de novembro e 25 de dezembro, por não haver Horário de Ponta.

*W*  
*colaborado*



Ministério Público do Estado do Amazonas  
Procuradoria-Geral de Justiça

**PROCESSO N.º SEI 2018.014896**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 002/2019 – MP/PGJ**

**Parágrafo Único.** Entende-se por horário fora de ponta o período composto pelo conjunto das horas diárias consecutivas e complementares àquelas definidas no horário de ponta.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA MUDANÇA DO GRUPO TARIFÁRIO:**

Realizada qualquer alteração no grupo tarifário da Unidade Consumidora, só poderá ocorrer nova mudança, respeitando-se um prazo mínimo de 12 (doze) meses, contados da última modificação ou desde que o pedido seja apresentado em até 3 (três) ciclos completos de faturamento posteriores à revisão tarifária de distribuidora, conforme previsto no art. 57, §5º, I e II da Resolução nº 414/2010 da Agência Nacional de Energia Elétrica.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS:**

O CONSUMIDOR obriga-se a pagar a DISTRIBUIDORA o valor correspondente à demanda contratada ainda que deixe de utilizá-la, total ou parcialmente, a partir da data da efetivação do fornecimento.

**Parágrafo Primeiro.** O não pagamento da Fatura de Energia Elétrica até a data estabelecida para seu vencimento, ensejará, além da multa e acréscimos previstos na legislação específica, a suspensão do fornecimento de energia elétrica.

**Parágrafo Segundo.** O pagamento da Fatura de Energia Elétrica no seu respectivo vencimento não poderá ser afetado por discussões entre as partes devendo a diferença, quando houver, constituir objeto de processamento independente e, tão logo apurada, ser paga ou devolvida a quem de direito.

**Parágrafo Terceiro.** Obrigam-se as partes, Contratante e Contratada, a observância e cumprimento das normas e padrões vigentes, conforme preceitua a resolução nº 414/2010 da ANEEL.

40  
8  
melo



Ministério Público do Estado do Amazonas  
Procuradoria-Geral de Justiça

**PROCESSO N.º SEI 2018.014896**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 002/2019 – MP/PGJ**

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS GARANTIAS:**

A DISTRIBUIDORA poderá exigir do CONSUMIDOR, caso este tenha inadimplido mais de uma fatura mensal em um período de 12 (doze) meses, a entrega de uma garantia no valor inadimplido.

**Parágrafo Primeiro.** No caso de exigência da garantia, a DISTRIBUIDORA deverá notificar o CONSUMIDOR por escrito e para este fim específico, com entrega comprovada.

**Parágrafo Segundo.** A garantia deverá ser apresentada mediante depósito-caução em espécie, seguro ou carta-fiança, a critério do CONSUMIDOR, e vigorará pelos 11 (onze) meses que sucederem a penúltima fatura inadimplida. A garantia deverá permitir a execução total ou parcial do valor garantido, em caso de inadimplemento do CONSUMIDOR, de forma imediata e a qualquer momento, mediante notificação escrita e específica da DISTRIBUIDORA, com entrega comprovada ao CONSUMIDOR. Verificando-se a qualquer tempo a insuficiência da garantia, a DISTRIBUIDORA poderá, exigir reforço de garantia limitado ao valor inadimplido, o qual deverá ser apresentado pelo CONSUMIDOR no prazo de 30 (trinta) dias a contar da respectiva notificação feita por escrito pela DISTRIBUIDORA.

**Parágrafo Terceiro.** O descumprimento pelo CONSUMIDOR das obrigações previstas nesta Cláusula poderá ensejar a suspensão do fornecimento de energia ou o impedimento do restabelecimento do fornecimento, caso já tenha ocorrido suspensão.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:**

I – Os direitos e obrigações decorrentes deste contrato se transmite aos sucessores e cessionários das partes contratantes, ficando estabelecido que nenhuma cessão ou transferência feita pelo CONSUMIDOR terá validade, se antes não for formalmente aceita pela DISTRIBUIDORA.

II – Este contrato é reconhecido pelo CONSUMIDOR como título executivo, na forma do Código Processo Civil, para efeito de cobrança de todos os valores apurados mediante simples cálculo aritmético.

*Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and the word 'validade' written vertically.*





Ministério Público do Estado do Amazonas  
Procuradoria-Geral de Justiça

**PROCESSO N.º SEI 2018.014896**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 002/2019 – MP/PGJ**

**III** – O fornecimento de energia elétrica de que trata o presente contrato está subordinado à legislação federal do serviço público de energia elétrica e às normas estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica, órgão regulador do setor elétrico nacional.

**Parágrafo Primeiro.** As omissões, dúvidas e casos não previstos neste instrumento, se não resolvidos amigavelmente entre as partes, serão submetidos à mediação da Agência Nacional de Energia Elétrica.

**Parágrafo Segundo.** A partir da data de assinatura deste instrumento, ficam revogados quaisquer outros contratos anteriormente celebrados entre as partes para o mesmo fim.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO PRAZO E CONDIÇÕES DE PRORROGAÇÃO:**

O presente CONTRATO vigorará a partir da data de início que consta na quadro I, prorrogando-se automaticamente por mais 12 (doze) meses e assim sucessivamente a menos que o CONSUMIDOR se manifeste formalmente em contrário com 180 (cento e oitenta) dias de antecedência em relação ao término de cada vigência.

**Parágrafo Único.** Para Consumidores submetidos à Lei Federal 8.666/1993, este CONTRATO vigorará conforme o Caput até o limite de 60 (sessenta) meses.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO:**

O presente instrumento será rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação judicial, no caso de infração a qualquer de suas cláusulas ou de contrariedade às normas legais e administrativas reguladoras dos serviços de energia elétrica, respondendo a parte infratora pelos prejuízos que causar à outra, devendo o ressarcimento ser feito em 5 (cinco) dias contados do recebimento da comunicação do débito.



Ministério Público do Estado do Amazonas  
Procuradoria-Geral de Justiça

**PROCESSO N.º SEI 2018.014896**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 002/2019 – MP/PGJ**

**Parágrafo Único.** O encerramento da relação contratual entre a DISTRIBUIDORA e o consumidor dar-se-á, alternativamente, também, nas ocorrências dos seguintes eventos:

- a) Por iniciativa do CONSUMIDOR, através de pedido de desligamento da unidade consumidora;
- b) Por iniciativa da DISTRIBUIDORA, quando houver pedido de fornecimento formulado por novo interessado, referente à mesma unidade consumidora, ouvido o CONSUMIDOR;
- c) Término da vigência do contrato;
- d) Ou no caso de decorrido dois ciclos completos de faturamento após a suspensão regular e ininterrupta do fornecimento à unidade consumidora, exceto nos casos comprovados de procedimentos irregulares ou de religação à revelia, praticados durante a suspensão.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DO ENCERRAMENTO ANTECIPADO DA RELAÇÃO CONTRATUAL:**

O encerramento antecipado do contrato implica a cobrança do valor correspondente ao faturamento dos meses remanescentes para o término da vigência do contrato, limitado a 12 (doze) meses, considerando o produto da Tarifa de Energia - TE e da Bandeira Tarifária vigentes na data de solicitação do encerramento sobre o calculado com base:

- I. Nos montantes médios contratados, para os Consumidores Livres e Especiais; ou
- II. Na média dos consumos de energia elétrica disponíveis, precedentes ao encerramento, limitada aos 12 (doze) últimos ciclos, para os demais consumidores.

**Parágrafo Único.** O pagamento dos valores apurados de acordo com esta cláusula deverá ser realizado pelo CONSUMIDOR no prazo de 5 (cinco) dias úteis do recebimento da respectiva Fatura.



Ministério Público do Estado do Amazonas  
Procuradoria-Geral de Justiça

PROCESSO N.º SEI 2018.014896

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 002/2019 – MP/PGJ

**CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DO FORO:**

Para dirimir as questões oriundas do presente contrato, será competente o foro da cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim ajustadas, assinam as partes o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual de teor e eficácia, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Manaus (Am.), 11 de fevereiro de 2019.

**DISTRIBUIDORA:**

  
Eletrobras  
Socorro Holanda da Silva  
Gerente do Departamento de Atendimento aos Clientes  
**ANA SOCORRO HOLANDA DA SILVA**  
Gerente do Departamento de Atendimento aos Clientes

**USUÁRIO**

  
**CARLOS FÁBIO BRAGA MONTEIRO**  
Procurador-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, *por substituição legal*

**Testemunhas:**

01.   
Nome: **LIGIA MARIA O. SENA**  
Agente de Apoio - Administrativo  
RG.: RG:2812718 -SP/PA  
CPF: CPF: 571.907.632-87

02.   
Nome: **Kátia Renata da Silva**  
Chefe da Divisão de Contratos e Convênios  
CPF: Matrícula: 575-48



Ministério Público do Estado do Amazonas  
Procuradoria-Geral de Justiça

PROCESSO N.º SEI 2018.014896

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 002/2019 – MP/PGJ

ANEXO I

Relação das UNIDADES CONSUMIDORAS e MONTANTE DE ENERGIA ELÉTRICA CONTRATADA

	1	2	3											
<b>Código UC</b>	869937	876061-6												
<b>Nome UC</b>	Procuradoria Geral de Justiça	Procuradoria Geral de Justiça												
<b>Endereço UC</b>	Av. Coronel Teixeira, 7995, Nova Esperança, 69.037-	Rua da Prosperidade, 211, Nova Esperança, 69.037-580												
<b>Modalidade Tarifária</b>	<Verde>	<Verde>	<Azul ou Verde>											
<b>Montante de Energia Elétrica Contratada ( Marcar Opção)</b>	a) <input checked="" type="checkbox"/> Montante de Energia Medida	a) <input checked="" type="checkbox"/> Montante de Energia Medida	a) <input type="checkbox"/> Montante de Energia Medida											
	b) <input type="checkbox"/> Montante Médio Mensal (MWmédio)	b) <input type="checkbox"/> Montante Médio Mensal (MWmédio)	b) <input type="checkbox"/> Montante Médio Mensal (MWmédio)											
	<table border="1"><tr><td>Ponta (MWmédio)</td><td>Fora Ponta (MWmédio)</td></tr><tr><td></td><td></td></tr></table>	Ponta (MWmédio)	Fora Ponta (MWmédio)			<table border="1"><tr><td>Ponta (MWmédio)</td><td>Fora Ponta (MWmédio)</td></tr><tr><td></td><td></td></tr></table>	Ponta (MWmédio)	Fora Ponta (MWmédio)			<table border="1"><tr><td>Ponta (MWmédio)</td><td>Fora Ponta (MWmédio)</td></tr><tr><td></td><td></td></tr></table>	Ponta (MWmédio)	Fora Ponta (MWmédio)	
Ponta (MWmédio)	Fora Ponta (MWmédio)													
Ponta (MWmédio)	Fora Ponta (MWmédio)													
Ponta (MWmédio)	Fora Ponta (MWmédio)													
<b>Contrato Distribuidora</b>	CT 002/2019 - MP/PGJ	CT 002/2019 - MP/PGJ												

*Handwritten signature and initials in blue ink.*